

# caderno

de

NOTÍCIAS

Jornal da ADUFES - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo . Seção Sindical do Andes . Sindicato Nacional - Vitória . Espírito Santo  
Edição número 83 . Fevereiro/Março/Abril 2011

## Dia Internacional da Mulher



## A vida das mulheres e os desafios da igualdade entre gêneros

Esse primeiro Caderno de Notícias do ano, que você associado ou associada receberá próximo ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher é, como sempre, um convite à reflexão sobre educação, trabalho e movimento sindical. De modo especial, neste número, fazemos também um convite à reflexão sobre o papel feminino nesse contexto.

O ano de 2011 inicia com uma mudança importante na vida do país: um novo governo e uma mulher na presidência. A questão do gênero ganhou certa relevância nos palcos do debate político, mas, sobretudo, tem nos feito pensar se, à parte a evidente conquista que esse feito representa na batalha pelo direito humano pleno, com igualdade de oportunidades para todos e todas, as mulheres estão representadas devidamente nos mais diversos âmbitos da vida social do país.

A educação como profissão é uma atividade amplamente associada às mulheres. Porém, há uma relação inversa entre a prevalência numérica de mulheres na sala de aula e o nível de ensino em que atuam. Isto é, quanto mais alto o nível de ensino, menor a presença feminina. Essa desigualdade se reflete, é claro, na remuneração: à medida que o salário aumenta, o número de mulheres ensinando diminui. Cabe-nos, agora, perguntar se essa desigualdade também se reflete na organização sindical: como está a presença de mulheres trabalhadoras da educação nas entidades de classe que as representam?

No movimento sindical dos docentes do ensino superior, a situação ainda está longe de um equilíbrio. Contudo, temos razões para acreditar que nesse contexto há uma leve tendência em favor da presença feminina. Em uma leitura quantitativa mais estrita, os dados deixam a desejar em termos de igualdade de representatividade. Em 30 anos, nas 16 gestões do Andes-SN, contando-se de 1981 até a atual gestão (2010-2012), as mulheres estiveram na presidência do sindicato apenas quatro vezes, incluindo a atual gestão de Marina Barbosa Pinto. Qualitativamente, no entanto, a situação pode ser vista

com um pouco mais de otimismo: já na terceira gestão (1984-86) do Andes-SN, uma mulher assume a presidência. Na Adufes, a situação não é muito diferente: em 34 anos, desde sua criação em 1978, as mulheres ocuparam a presidência pelo menos oito vezes, em 25 gestões, embora a primeira mulher só tenha chegado à presidência na sétima gestão (1983-1984). De qualquer forma, a Adufes se antecipou ao Andes-SN em um ano.

Equilíbrio numérico na representação não significa, obviamente, igualdade de oportunidades ou respeito aos direitos. Para além dos números, interessa saber se as mulheres que chegam à presidência ou a cargos importantes têm de fato conquistado um espaço privilegiado para fazer política sindical com um estilo feminino, ou em outros termos, de uma forma diferente dos homens.

Essa é uma preocupação vinculada à pergunta, que ultrapassa a questão do gênero e ainda sem resposta, se o movimento sindical está aberto às diferenças, sejam elas de gênero, de etnia, socioeconômicas, de orientação sexual, de idade, de ideologia, etc. Há, de fato, espaço para um estilo feminino de fazer política sindical? Este estilo é diferente do masculino? E, em última instância, há lugar para a diferença?

Encontrar essas respostas é também precisar como e se as mulheres encontram espaço e recebem apoio de seus colegas homens para incluir reivindicações, a princípio tão femininas, na pauta de discussões, quanto creches gratuitas e de qualidade para professoras que também são mães, licença maternidade e paternidade adequadas (seis meses ainda é muito pouco, cinco dias é insignificante), jornada de trabalho e tempo mínimo de aposentadoria que leve em conta a dupla jornada a que a maioria das mulheres estão submetidas (no local de emprego e em casa). Esses são alguns exemplos muito pontuais e pragmáticos de reivindicações que certamente fazem parte da luta contra a precarização das condições de trabalho e a favor da qualidade na educação, de um projeto de carreira que valorize

o professor, da autonomia universitária e democratização do acesso à universidade.

Mas, se equilíbrio numérico não é sinônimo de representatividade, um desequilíbrio, com certeza, significa que muito ainda precisa ser feito. A presença numérica pode fazer pressão para que mudanças ocorram, para que a diferença seja, no mínimo, tolerada. De uma forma mais geral, um maior equilíbrio entre mulheres e homens em postos e cargos de comando tem realmente um impacto na forma como a sociedade vê as possibilidades para as mulheres, sejam elas parentes, companheiras, amigas ou colegas de trabalho. A presença de instituições como a Delegacia da Mulher, por exemplo, já modificou a forma como a sociedade se comporta com relação a determinados tipos de violência contra a mulher. Algo semelhante se espera da Secretaria de Políticas para as Mulheres, órgão do governo federal com peso de ministério, que tem por objetivo “a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania”, como afirma o próprio órgão. Quanto mais nós, mulheres, estivermos presentes nos momentos, nos locais, nas instâncias que deliberam e tomam as decisões, mais oportunidades teremos de contribuir com um ponto de vista novo, uma ideia original, ou, ao menos, uma forma diferente de pensar os problemas que nos atingem a todos, como trabalhadoras e trabalhadores e cidadãs(ãos).

Todas essas medidas, contudo, têm o paradoxal objetivo de estabelecer uma cultura em que elas se tornem obsoletas e desnecessárias. É importante lembrar, para concluir, que a utopia que perseguimos é a de uma sociedade em que não existam delegacias ou leis especiais para mulheres, porque nessa sociedade ideal as mulheres poderão entrar em qualquer delegacia e fazerem sua queixa e serem ouvidas como qualquer cidadão digno de respeito, amparado pela mais universal das leis, aquela que defende seu direito de ser humano. E toda e qualquer atividade, mesmo que predominantemente a cargo de mulheres, como a educação ou a saúde, terá seu valor reconhecido e recompensado pela sociedade.

Mariane Lima de Souza  
1ª Secretária da Adufes

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.  
ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN  
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES  
CEP 29060-900

Telefone: 27. 3335.2717

Telefax: 27. 3227.3908

www.adufes.org.br

adufes@adufes.org.br

comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto  
presidente

---

vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini  
tesoureiro geral

Temístocles de Sousa Luz  
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr  
secretário geral

Mariane Lima de Souza  
1ª secretária

Valter Pires Siqueira  
1ª suplente

Edinete Maria Rosa  
2ª suplente

---

3ª suplente

Bernardete Gomes Mian  
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:  
Giselle Pereira (Mtb 2644)  
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design  
Gustavo Binda

Tiragem: 3.500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO  
GRATUITA

## Mulher e Trabalho ▶

# Relações de gênero na universidade reproduzem valores do patriarcado

Mesmo sendo maioria nos cursos de graduação e pós-graduação, mulheres ainda enfrentam preconceitos no espaço de produção do conhecimento

As mulheres representam mais da metade do corpo estudantil da Ufes. Nos cursos de graduação, 51% da composição é feminina. Nos cursos de mestrado, elas representam 53% e nos de doutorado, 55%. Esse equilíbrio quantitativo no ensino não significa, entretanto, que os preconceitos em relação às mulheres foram superados na universidade, que reproduz as relações machistas presentes na sociedade.

Uma dessas expressões é a composição de determinadas áreas de conhecimento, que são consideradas mais femininas ou masculinas. Entre as áreas femininas, encontram-se o Centro de Educação, com 94% do corpo discente de mulheres, e o Centro de Ciências da Saúde, com 67,8%. O Centro Tecnológico e o Centro de Ciências Exatas são áreas que concentram mais homens, com 82% e 63,5%, respectivamente.

De acordo com a professora do departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Zeide Araújo Trindade, essas diferenças são culturais e históricas e fazem parte da construção do papel da mulher na sociedade. “As profissões ligadas ao trabalho de cuidado, como a educação e a saúde, foram atribuídas à mulher por ser considerada mais delicada e sensível. São atributos

do âmbito privado, de esposa e mãe, e refletem na configuração das profissões até hoje”, explicou Zeide. Ela reiterou que essas características não são biológicas, mas socialmente construídas.

**Professoras que atuam em áreas mais masculinas enfrentam preconceitos.** Outra expressão das relações de gênero na universidade é o tratamento às professoras nas áreas de conhecimento mais masculinas. De acordo com a professora do departamento de Matemática, Ana Cláudia Locateli, existe uma resistência a professoras em turmas onde há muitos homens, como nas engenharias. “Noto que há um espanto, uma estranheza quando entro numa sala de aula desse tipo, sobretudo porque a disciplina é difícil e há muita reprovação”, relatou. Ela afirmou que apenas a partir do momento em que demonstra conhecimento é que essa reação passa.

A falta de credibilidade também é relatada pela professora do departamento de Zootecnia, Maria Izabel Vieira. “Na área de agrárias, tenho que lidar com muitos homens, como professores, produtores rurais e vizinhos da Ufes. É difícil aceitar recomendações técnicas de mulheres. Apenas o dia a dia do trabalho vai quebrando isso”, afirmou.



Professoras do Centro Tecnológico afirmam que o desafio para as mulheres nesse espaço é manter o profissionalismo sem perder a feminilidade.

### Distribuição dos docentes por sexo na UFES – (DRH)

Centro	Feminino	Masculino
CAr	52 (45%)	62 (55%)
CCA	77 (39%)	118 (61%)
CCE	20 (17%)	95 (83%)
CCJE	84 (44%)	106 (56%)
CCHN	119 (51%)	112 (49%)
CCS	157 (50,8%)	152 (49,2%)
CE	50 (66%)	25 (34%)
CEFD	14 (31%)	30 (69%)
CT	42 (24%)	133 (76%)
Ceunes	50 (36%)	86 (64%)
<b>TOTAL</b>	<b>665 (42%)</b>	<b>919 (58%)</b>

### Distribuição dos estudantes de graduação por sexo na UFES (PROGRAD)

Centro	Feminino	Masculino
CAr	1260 (61,9%)	775 (38,1%)
CCA	899 (51,6%)	846 (48,4%)
CCE	275 (36,5%)	479 (63,5%)
CCJE	1748 (54%)	1534 (46%)
CCHN	1661 (53,9%)	1416 (46,1%)
CCS	1009 (67,8%)	479 (32,2%)
CE	516 (94%)	33 (6%)
CEFD	262 (48,4%)	280 (51,6%)
CT	403 (18%)	1819 (82%)
Ceunes	642 (50,4%)	632 (49,6%)
<b>TOTAL</b>	<b>8675 (51%)</b>	<b>8293 (49%)</b>

## Mulheres ampliam inserção no mercado de trabalho, mas dupla jornada se mantém

A participação feminina no mercado de trabalho cresceu, o que favoreceu a emancipação da mulher. No entanto, essa inserção se deu de forma precarizada. “As mulheres tendem a ocupar postos de trabalho desvalorizados socialmente e de menor remuneração, o que caracteriza a divisão sexual do trabalho”, explicou a professora do departamento de Economia, Renata Couto Moreira.

Dados da Pesquisa Nacional de

Amostra por Domicílio (PNAD), de 2009, revelam que a renda principal média dos chefes de família que são homens fica em R\$ 1.307,53, enquanto a das mulheres, nessa mesma posição, fica em R\$ 784, 81, ou seja, 60% da renda dos homens. Além disso, das mulheres que possuem alguma ocupação, 19% exercem serviços domésticos, 16% atuam no comércio e reparação e 16% trabalham na área de educação, saúde e serviço social, o que

indica que metade das mulheres em atividade estão em áreas de remuneração mais baixa.

**Dupla jornada.** As mulheres não são desresponsabilizadas dos afazeres domésticos quando saem para trabalhar, o que significa que há mais uma jornada de trabalho a ser enfrentada por elas. Na avaliação da professora Zeide Araújo Trindade, as mulheres assumiram o espaço público, mas os homens não assumiram o espaço privado, o

que prejudica ambos. “A mulher é penalizada com dupla jornada, mas o homem fica prejudicado no seu papel de pai, pois fica prescrito que ele é apenas um acessório, o que impacta na constituição da família e dos filhos”, afirmou.

Para que a mulher possa ter uma vida de qualidade e emancipada, é fundamental a oferta de serviços públicos por parte do Estado, como creches, refeitórios e lavanderias públicas.

## Mulheres na História



**Rigoberta Menchú (1959):** É uma indígena guatemalteca do grupo Quiché-Maia. Foi agraciada com o Nobel da Paz de 1992, em reconhecimento ao trabalho pela democracia e pelos direitos humanos dos indígenas da Guatemala.



**Simone de Beauvoir (1908-1986):** Foi uma escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Em 1949, publica O Segundo Sexo, pioneiro manifesto do feminismo, no qual propõe novas bases para o relacionamento entre mulheres e homens.



**Frida Kahlo (1907-1954):** Pintora mexicana que realizou principalmente auto-retratos, nos quais utilizava uma fantasia e estilo inspirados na arte popular do seu país. Aos 16 anos, enquanto estudante, sofreu um grave acidente que a levou a começar a pintar durante a recuperação.

## Espírito Santo lidera ranking de assassinatos de mulheres no país

*Dados alarmantes refletem negligência do Estado no combate à violência contra mulheres*

O Espírito Santo é o estado onde mais se registram assassinatos de mulheres em todo o país. Conforme o estudo do Instituto Zangari, baseado no banco de dados do Sistema Único de Saúde, entre 1997 e 2007, ocorreram 10,3 homicídios por cada 100 mil habitantes no estado. As três principais cidades que lideram esse ranking são Jaguaré, Viana e Serra, sendo que esta apresentou 18,6 mortes a cada 100 mil habitantes.

Na opinião da professora de Serviço Social da Emescam e integrante do Fórum de Mulheres do Espírito Santo, Gilsa Helena Barcelos, esses números têm como explicação o envolvimento de mulheres jovens no tráfico de drogas e a negligência do governo do Estado na implementação de políticas públicas de combate à violência. “O Espírito Santo tem um histórico problemático em relação ao narcotráfico. Muitas mulheres jovens entram nesse universo porque possuem envolvimento afetivo com traficantes ou porque encontram nessa atividade

uma possibilidade de autonomia econômica”, explicou Gilsa.

O outro fator que pode explicar esse elevado número de assassinatos no Espírito Santo é a falta de implementação das políticas públicas de combate à violência. “Enquanto diversos estados já haviam implantado a Lei Maria da Penha, o Espírito Santo ainda não havia sequer utilizado os recursos recebidos para isso”, relatou Gilsa. Ela afirmou que, na medida em que o poder público se omite, ele acaba sendo conivente com a violência doméstica, que leva, inclusive, ao assassinato de mulheres. “O novo governador precisa assumir esse compromisso com as mulheres capixabas, já que nos últimos mandatos não se avançou quase nada”, ressaltou Gilsa.

**Violência contra mulher materializa opressão de gênero.** A violência física contra a mulher surge no momento em que as demais formas de dominação já não dão conta de manter o domínio masculino. “A violência é um recurso utilizado para manter o poder mas-

Foto: DeviantArt



A cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil.

culino, tornando-se a materialidade da relação de opressão de gênero”, explicou Gilsa Barcelos. Conforme dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. Há 10 anos, esse número era maior: oito mulheres eram espancadas no mesmo intervalo de tempo. A pesquisa apontou que 7,2 milhões de mulheres com mais de 15 anos já sofreram agressões, sendo que 1,3 milhão nos 12 meses que antecede-

ram a pesquisa.

**Conquista do movimento feminista.** Trazer a pauta da violência doméstica para o âmbito público é uma das principais conquistas do movimento feminista. “A violência se restringia ao espaço privado, do casal. A partir da Lei Maria da Penha, essa questão passou a ser de ordem pública, já que a violência é um fenômeno social”, explicou Gilsa. O desafio apontado por ela é fazer com que essas políticas públicas saiam do papel.

## Professoras sofrem violência no espaço escolar e em faculdades

Muitas professoras, tanto do ensino básico, quanto do ensino superior, sofrem diversos tipos de agressões por parte dos alunos e, em alguns casos, da família do estudante. De acordo com a professora da rede municipal de Cariacica, Úrsula Cândida Rola, a violência verbal e o desrespeito por parte dos alunos em sala de aula é algo que se tornou comum no dia a dia escolar. “As professoras são agredidas verbalmente e ameaçadas de violência física fora da sala de aula”, relatou Úrsula. Ela também comentou que, em muitos casos, a família do aluno agressor fortalece esse tipo de prática. “Percebemos que a violência praticada na

escola também é fruto da violência sofrida pela mãe ou pelas próprias crianças e adolescentes dentro de casa”, afirmou.

Essa situação de agressão a professoras não se restringe ao ensino básico, estendendo-se também ao ensino superior. Conforme depoimento da professora do Departamento de Administração da Ufes, Flávia Meneguelli, no período em que lecionava em faculdades privadas, ela sofreu diversos casos de agressão. “Um aluno, revoltado por ter sido reprovado na minha disciplina, jogou uma cadeira na minha direção, mas não chegou a me atingir. Em outros momentos,

Foto: DeviantArt



Violência vivenciada em casa é reproduzida por crianças e adolescentes na escola.

tentou me intimidar”, disse Flávia. Ela comentou que os alunos não costumam fazer esse tipo de provocação com professores que são

homens. “Acredito que as professoras devem estabelecer limites e sempre explicitar as situações que as desagradam”, sugeriu Flávia.

## Mulheres na História



**Heleieth I. B. Saffioti (1934-2010):** Socióloga, feminista, natural de Ibirá (SP), defendeu a tese “A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, tornando-se referência para o movimento feminista. Na referida obra, ela demonstrou que atuar pela libertação das mulheres exige o engajamento na luta de classes.



**Patrícia Galvão (Pagu) (1910-1962):** Jornalista, escritora e ativista política. Participou do movimento modernista e antropofágico, ao lado de Oswald de Andrade. Foi do Partido Comunista Brasileiro. Escreveu o romance Parque Industrial, criticando a sociedade paulistana, abordando a condição dos trabalhadores e trazendo uma nova visão da mulher.



## Mulher e Política ▶

# Participação feminina nas instâncias de deliberação da Ufes ainda é pequena

*Embora haja certo equilíbrio quantitativo no número de mulheres e homens na universidade, ainda é pequena a participação feminina nos Conselhos Superiores*

A inserção feminina no espaço universitário ainda precisa ser acompanhada de uma maior participação das mulheres nas instâncias de decisão da universidade. Atualmente, o Conselho Universitário é composto por 09 mulheres e 30 homens, incluindo titulares e suplentes, o que equivale a apenas 23% de participação feminina. No Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), esse número amplia-se um pouco mais. Há participação de 19 mulheres e 38 homens, o que equivale a 33% de participação feminina. De acordo com o Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Ufes, em relação aos cargos de chefia da universidade, que incluem desde chefias de departamentos e colegiados até Pró-reitorias, as mulheres

ocupam 56 dos 177 cargos, o que equivale a 31,6%.

Na visão da diretora do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), Zenólia Figueiredo, é a sobrecarga de trabalho dentro e fora das instâncias administrativas que explica a pouca participação feminina nesses espaços. “O acúmulo de trabalho é muito grande e precisa-se de bastante tempo de dedicação, o que faz com que os momentos em outros espaços, como na família e com os filhos, sejam restringidos. Se não houver uma divisão de tarefas em casa, a mulher passa a sentir dificuldade de ocupar esse tipo de cargo”, opinou Zenólia. Ela reiterou que o fato de a mulher não assumir chefias não se relaciona à falta de competência ou conhecimento, mas às relações em que a mulher



Diretora do Centro de Educação afirma que mulheres sofrem pressão em cargos de chefia.

está envolvida fora do ambiente de trabalho.

A pressão para demonstrar capacidade de assumir cargos de chefia e a cobrança simultânea pela manutenção das responsabilidades domésticas também influenciam na baixa participação feminina nesses cargos. “A todo

momento temos que mostrar que somos profissionais capazes, além de termos que manter uma jornada do lar em paralelo, já que essa perspectiva de responsabilidade pelo âmbito doméstico ainda não foi extinta”, relatou a diretora do Centro de Educação (CE), Maria Aparecida Barreto.

## Mulheres destacam desafios para a participação feminina no movimento estudantil e sindical

A participação política feminina também encontra dificuldades nos movimentos sociais, seja no movimento estudantil ou no movimento sindical. Para a representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Lídia Campos, o número de mulheres no movimento estudantil, assim como nos sindicatos, tem aumentado consideravelmente, mas há distinção na participação de homens e mulheres. Ela exemplifica essa situação no tratamento durante as reuniões que são realizadas com os órgãos administrativos da universidade. “Embora tenhamos um grande número de representação feminina na diretoria do DCE, quando temos uma agenda com a reitoria, os servidores se dirigem especificamente aos rapazes”, lembrou Lídia. Ela também disse que essas situações estão sendo naturalizadas e

escondem as opressões a que estão submetidas as mulheres.

No âmbito do movimento sindical, a participação das mulheres tem avançado, mas ainda não se dá de maneira plena. “O ambiente da política foi construído para a participação masculina. As mulheres que estão nesse espaço têm dificuldades e sofrem constrangimentos ou imposições. Quando uma mulher consegue chegar à direção de um sindicato, é porque ela teve uma longa caminhada na categoria ou porque tem mais sensibilidade para lidar com alguns problemas de relação pessoal”, explicou a diretora do Sindicato dos Trabalhadores na Ufes (Sintufes), Janine Teixeira Vieira.

Para a professora do Centro de Educação, Marlene Cararo, que foi presidente da Adufes por duas gestões, a estrutura do movimento



Mulheres da diretoria da Adufes, em 2004, lançam Campanha Salarial no campus de Goiabeiras.

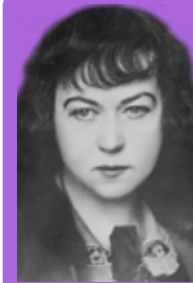
sindical ainda aponta limites à participação das mulheres. “A estrutura dos sindicatos, mesmo com as assembleias, conselhos, comissões de base e espaços de formação, demanda certa disponibilidade de tempo, uma pré-disposição política e uma compreensão mínima do caráter da atividade sindical no Brasil, o que dificulta a participação das mulheres que, pela sua condição de

dupla jornada, não se animam a ter uma participação maior na atividade sindical”, explicou Marlene. Numa avaliação geral, porém, ela acredita que as mulheres têm participado de forma ativa nos movimentos sociais, mas pelas razões históricas da exclusão feminina, essa presença ainda é desproporcional ao número de mulheres que vivem as contradições cotidianas dos problemas sociais.

**Angela Davis (1944):** é uma professora e filósofa socialista estadunidense, que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos.



**Zacimba Gaba:** Foi uma princesa africana trazida para São Mateus para ser escravizada. Para se livrar dos abusos do senhor de engenho, ela colocava gotas de veneno em sua comida, o que provocou a morte dele. Após esse fato, ela libertou todos os demais negros escravizados e criou um dos maiores quilombos do norte do ES.



**Alexandra Kolontai (1872-1952):** Foi a mais destacada dirigente feminina da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, responsável pela elaboração da legislação revolucionária do Estado Soviético que, pela primeira vez na história, reconheceu a igualdade de direitos entre os sexos.

# Dependência química cresce entre mulheres e prejudica saúde feminina

*Drogas como o álcool, tabaco e sedativos têm sido utilizadas por mulheres para controlar a ansiedade e a depressão provocadas pela dupla jornada de trabalho*

A saúde feminina tem sido bastante impactada pela utilização de drogas lícitas, como o álcool, o tabaco, antidepressivos e ansiolíticos. Ainda que o consumo das duas primeiras drogas seja maior entre os homens, é crescente o número de mulheres com dependência química. De acordo com dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), do ano de 2005, 6,9% de mulheres no Brasil são dependentes do álcool e 9%, do tabaco. No universo masculino, essa dependência fica 19,5% para o álcool e 11,3% para o tabaco.

A utilização de antidepressivos e ansiolíticos, no entanto, é visivelmente maior entre as mulheres, sobretudo acima dos 35 anos. No Brasil, 6,9% de mulheres já fizeram uso desse tipo de medicação, ao lado de 3,4% de homens. Especificamente na região Sudeste, esse número se eleva para 8,5% de mulheres. De acordo

com a coordenadora do Núcleo de Estudos sobre o Álcool e outras Drogas (NEAD) da Ufes, Marluce Miguel de Siqueira, a utilização desses medicamentos combina um duplo efeito, de estimulante e de sedativo. “As mulheres utilizam esses medicamentos para aliviar a depressão e ansiedade, retendo os sintomas”, explicou.

O uso desses medicamentos tem sido feito de forma abusiva. Entre 2006 e 2010, o mercado de clonazepam, que é o ansiolítico Rivotril, cresceu 41,9% no Brasil, conforme dados do próprio fabricante do remédio. Para a professora Marluce Siqueira, essa prescrição é feita, muitas vezes, para mulheres que buscam especialidades médicas diferentes da psiquiatria. “Mulheres com sintomas de ansiedade procuram o cardiologista, o ginecologista e até o dermatologista e acabam recebendo a receita médica”, explicou. Ela afirmou que não são todas as mulheres que bus-



Consumo de ansiolíticos cresceu mais de 40% nos últimos 4 anos no país.

cam um tratamento psicológico ou psiquiátrico para resolver o problema da ansiedade e da depressão.

Um dos fatores sociais que levam as mulheres a utilizar esse tipo de medicamento é a tensão adquirida pela dupla jornada de trabalho. “Ao entrar no mundo do trabalho, a mulher teve que competir com o espaço do homem, o que a levou a desenvolver hábitos de vida menos saudáveis”, explicou a professora do Departamento de Enfermagem da

Ufes, Denise Silveira de Castro. Ela exemplificou que a tensão do espaço de trabalho faz com que a mulher use cigarros, bebidas e outros tipos de redutores de ansiedade. Além disso, o cansaço adquirido pela menor quantidade de sono e repouso devido às múltiplas tarefas domésticas também repercute na saúde da mulher, fazendo com que ela busque mecanismos de relaxamento, como a utilização de álcool dentro da própria casa.

## Exigência por produtividade causa estresse e ansiedade entre professoras

O estresse e a ansiedade também têm sido bastante percebidos no cotidiano dos docentes das universidades, atingindo de maneira especial as mulheres. De acordo com dados da pesquisa “Precarização do trabalho e produtividade: implicações no modo de vida e na saúde de docentes de ensino superior”, desenvolvida pela professora do Departamento de Ciências Sociais da Ufes, Izabel Cristina Borsoi, 48,5% dos professores entrevistados afirmaram usar com frequência medicação prescrita, principalmente para casos de depressão e ansiedade. Desse total, 57,5% são mulheres e 42,9% são homens.

A pesquisa também revelou que metade dos docentes entrevistados tem queixas de mal-estares e

desconfortos, como cansaço, fadiga, estresse, insônia e dores no corpo. Desse quantitativo, 62,5% são mulheres e 41,1% são homens, o que evidencia os impactos do modelo de trabalho na saúde feminina.

De acordo com uma professora da Ufes que sofre de ansiedade fóbica, a utilização de ansiolíticos e antidepressivos é feita para ajudar no sono. “A pressão de ter que dar conta de tarefas acadêmicas é tão grande que não consigo dormir”, relatou. Ela também disse que o ambiente de trabalho exige uma produtividade muito grande, o que gera uma competição e comparação entre colegas. “Me sinto mal quando vejo que alguns colegas conseguem atingir as metas e eu não consigo acompanhar esse ritmo”, disse.

Foto: DevianART



Sobrecarga de trabalho gera depressão e ansiedade em mulheres.

A intensificação do trabalho docente, gerada pelo modelo produtivista da educação superior, é um dos principais fatores para o adoecimento na categoria. “O nosso trabalho não se restringe ao espaço da universidade, também vai para

casa. Deixamos horas de convivência na família para escrever artigos, ler teses, corrigir trabalhos porque no cotidiano tem outras atividades, como as aulas, reuniões e orientações”, explicou a professora Denise Silveira de Castro.

## Mulheres na História



**Helenira Rezende (1944-1972):** Foi militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), líder estudantil e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). cursou Letras e Filosofia na USP. Durante o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (1968), foi presa. Integrou a Guerrilha do Araguaia e seu nome batizou um dos destacamentos da guerrilha.



**Mercedes Sosa (1935-2009):** Foi uma cantora argentina de grande apelo popular na América Latina, que se tornou uma das expoentes do movimento conhecido como Nueva canción, movimento musical com raízes africanas, cubanas, andinas e espanholas, marcado por uma ideologia de rechaço ao imperialismo norte-americano, ao consumismo e às desigualdades sociais.

## Entrevista ▶

# Iriny Lopes. Políticas públicas para as mulheres no Governo Federal

Em entrevista concedida ao Caderno de Notícias, a Secretária de Políticas para as mulheres da Presidência da República, Iriny Lopes, aborda as ações que pretende desenvolver durante o governo de Dilma e destaca as principais problemáticas vivenciadas pelas mulheres no Brasil.



Foto: Elza Fidza/ABR  
Iriny Lopes compõe o quadro ministerial feminino da Presidência com mais 8 mulheres.

### ▶ Quais as prioridades de ação na Secretaria de Políticas para as mulheres?

Vamos nos empenhar para que o governo cumpra com um dos seus principais objetivos, que é a erradicação da pobreza. Para que isso ocorra, é preciso dar condições para que as mulheres possam trabalhar sem se preocupar com os cuidados dos filhos. É preciso encarar e desenvolver ações que nos permitam acabar com as desigualdades de oportunidades e acesso das mulheres à educação, saúde e ao mercado de trabalho formal. Por outro lado, vamos dar continuidade e avançar no processo de enfrentamento à violência contra a mulher, debelando a violência doméstica. Faremos um trabalho junto com os movimentos sociais e estabeleceremos um canal direto de diálogo entre os governos federal, estadual e municipal para implementação e efetivação de políticas públicas para mulheres. Os poderes Legislativo e Judiciário são importantes nessa construção. Por isso, a necessidade de dialogar constantemente.

### ▶ Quais os principais problemas que as mulheres enfrentam no Brasil?

Se formos olhar na perspectiva das mulheres pobres, os problemas são muitos, a começar

pela ausência de qualidade de vida (moradia, transporte, serviços básicos essenciais de qualidade, próximos e com tratamento digno). As políticas públicas nesta área devem contemplar o acesso e ampliação dos direitos da mulher, apoio e incentivo à sua autonomia econômica e a uma rede de qualificação técnica, profissional e de educação para desenvolver suas qualidades e competências; à visibilidade de sua produção cultural e identidade, dentre outros. Para isso, a Secretaria dará ênfase e prioridade a esse contingente da população ainda invisibilizado, atuando de forma articulada e em estreito diálogo com as organizações e movimentos sociais e comunidades. Quando observamos o conjunto da população, em que pese os avanços em relação aos direitos, resultado da luta histórica das mulheres, temos ainda um longo caminho para acabar com as desigualdades de gênero.

### ▶ Qual sua avaliação sobre as políticas públicas para as mulheres hoje no Brasil?

Acho que o governo Lula colocou as condições para que a gestão da presidenta Dilma Rousseff avance nesta área. Lula abriu espaço para que as mulheres, através das conferências, não só explicitassem seus principais problemas, mas, principalmente, pautassem as políticas públicas. Já estamos na segunda versão do Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Em 2011, teremos a III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. A presidenta colocou como eixo principal a erradicação da miséria. Isso significa que temos que trabalhar incansavelmente pelo acesso à educação, à saúde e ao mercado formal de

trabalho. Naturalmente, jovens formam o maior contingente de desempregados. Queremos também trabalhar oportunidades para as juventudes. São ações transversais debatidas por todos os ministérios. Não queremos programas isolados, mas políticas públicas que dialoguem e concretizem as prioridades estabelecidas pelo governo federal.

### Uma das principais polêmicas que marcaram o período eleitoral foi a questão do aborto. Como você encara esse debate?

Vamos reiterar o compromisso que a presidenta Dilma Rousseff assumiu durante o segundo turno das eleições. O governo não irá mexer na atual legislação sobre o aborto, que permite o procedimento em caso de estupro e de risco à saúde materna. O debate sobre a questão é com o Congresso Nacional, que tem como uma das principais funções definir políticas públicas.

### ▶ Você tem se destacado no cenário político capixaba e agora está compondo o quadro do Ministério do governo de Dilma. Qual sua avaliação sobre a participação da mulher na política?

A situação da mulher brasileira melhorou muito, mas ainda temos muito trabalho pela frente. Nos últimos anos, as

mulheres conquistaram mais cidadania, dignidade, inclusão, autonomia. Ainda assim, temos um longo caminho na luta contra o preconceito e no enfrentamento da violência contra a mulher. O estado tem um papel importante na implantação de políticas públicas que ampliem as oportunidades das mulheres não só no mercado de trabalho - colocando a equidade como horizonte -, mas o acesso à saúde, à educação e à justiça, gerando as condições para que elas ocupem mais o espaço político. A conquista do poder e da possibilidade de tomada de decisões são fundamentais para a correção das assimetrias de gênero. Significa a oportunidade de as mulheres serem valorizadas e incorporadas em áreas em que são historicamente discriminadas. A representatividade feminina no Congresso Nacional avançou muito pouco e contrasta com o percentual de mulheres não só na sociedade, como na política. Mulheres respondem por 51,82% do eleitorado brasileiro. Seria natural que isso se refletisse na composição do Legislativo. No Executivo, a presidenta Dilma já fez um movimento de ampliação do quadro. Hoje, somos nove ministras. Penso que essas distorções no Legislativo serão enfrentadas com uma reforma política que considere essa realidade.



Foto: pressenza.com  
O Brasil ocupa a 104ª posição no ranking mundial de participação de mulheres no parlamento, num total de 186 países. A maior representação feminina ocorre em Ruanda, na África, que possui 56,3% de deputadas.

# 8 de Março é resultado de luta e organização das mulheres

*A Declaração do Dia Internacional da Mulher completa 101 anos de história e de luta contra as opressões*

Todas as conquistas históricas obtidas em favor das mulheres são resultado de sua organização e luta nos movimentos feministas e de

trabalhadoras. O Caderno de Notícias fará um breve retrospecto dessa história, no sentido de valorizar a memória de tantas mulheres que

lutaram por sua libertação, bem como apontar que só haverá mudança na conjuntura abordada neste jornal, se continuar havendo mobi-

lização e organização das mulheres. **O reconhecimento dessa história de luta é a nossa maior homenagem nesta data!**



## Operárias lutam contra condições de trabalho precárias

No final do século XIX, reivindicações como o direito a frequentar escolas, exercer ofícios e profissões, e o direito ao voto, articularam-se com a exigência de melhores condições de trabalho, acesso à cultura e igualdade entre os sexos. As operárias dessa época eram submetidas a jornadas de 12 horas diárias, espancamentos e ameaças sexuais que não eram consideradas no ambiente público como sendo atos de violência.



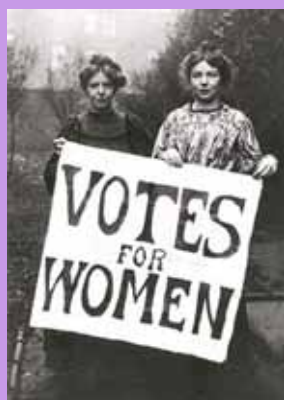
## Conquista do voto feminino dá um passo na democratização do poder político

Uma das principais reivindicações que mobilizaram mulheres em diferentes países foi o direito ao voto, considerado um instrumento indispensável para que os demais direitos pudessem existir. A discussão sobre as formas de luta em torno desse debate deram origem ao movimento sufragista. O sufrágio significa para o sexo feminino um meio de obter poder político e, portanto, eliminar os obstáculos legais e sociais para a participação da mulher na vida pública.

Um dos primeiros países a garantir o sufrágio feminino, em 1893, foi a Nova Zelândia, seguida da Austrália, em 1901; Finlândia, em 1906; e Noruega, em 1913. Nos Estados Unidos, em 1920, foi aprovada a Emenda Constitucional que deu direito de voto às mulheres em todo o território norte-americano. No Brasil, em 1934, no governo de Getúlio Vargas, foi instituído o Código Eleitoral Brasileiro, que estabelecia o direito ao voto feminino, ainda que este não fosse obrigatório. Apenas em 1946 é que ele adquire caráter obrigatório.



A feminista Louise Weiss e outras mulheres francesas protestam em frente à Bastilha, em Paris, pelo direito ao voto.



Mulheres em favor do sufrágio universal nos Estados Unidos



## Dia Internacional da Mulher nasce da organização socialista

Tendo em vista a situação das trabalhadoras, durante a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhague, na Dinamarca, há 101 anos, a alemã Clara Zetkin, militante feminista, propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher, que fosse marcado pela luta das trabalhadoras contra as condições precárias de trabalho. Nos anos seguintes, as comemorações se espalharam pela Europa, mas ainda sem data fixa e única para todos os países.

Já em 8 de março de 1917 (23 de fevereiro no calendário ortodoxo), um grupo de operárias russas iniciou uma greve geral contra a fome, a guerra e o czarismo. A iniciativa partiu das trabalhadoras das indústrias têxteis, que se lançaram às ruas de Petrogrado, mobilizando cerca de 90 mil pessoas, o que teria sido um dos primeiros movimentos da Revolução Russa.

A comemoração do Dia Internacional da Mulher nasce do movimento socialista internacional, que tinha o objetivo de organizar as mulheres para melhorar suas condições de vida. Porém, apenas em 1975, 64 anos depois da convenção socialista, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a data como oficial para celebrar o Dia Internacional da Mulher.



Revolução Russa eclode com movimento de mulheres trabalhadoras, em 1917.